

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

CARLA CRISTINA BARBOSA SOUZA

**OCUPAÇÃO UNIÃO DOS POVOS: O direito à moradia e territorialidade na
cidade de Barreirinha-AM**

PARINTINS-AM

2025

CARLA CRISTINA BARBOSA SOUZA

OCUPAÇÃO UNIÃO DOS POVOS: O direito à moradia e territorialidade na cidade de Barreirinha-AM

Artigo Científico apresentado ao Curso de Geografia do CESP/UEA, como requisito para a obtenção do Título de Licenciada em Geografia, sob a orientação do Prof.º MSc. João Bosco dos Santos Brasil.

PARINTINS-AM

2025

OCUPAÇÃO UNIÃO DOS POVOS: O direito à moradia e territorialidade na cidade de Barreirinha-AM.

Carla Cristina Barbosa Souza¹

João Bosco dos Santos Brasil²

RESUMO

A presente pesquisa buscou analisar o processo na ocupação União dos Povos no município de Barreirinha/AM. O estudo tem como objetivos específicos conhecer o histórico e as políticas públicas voltadas para minimizar o déficit habitacional na cidade de Barreirinha; discutir sobre a presença ou ausência do poder público municipal na organização e planejamento do espaço urbano e; identificar os principais problemas vivenciados pelas famílias da ocupação união dos povos. A pesquisa é de caráter qualitativo, tendo como técnica a observação direta, coleta de dados através de entrevistas com as famílias da ocupação União dos Povos além de registros fotográficos. Buscamos as leituras e reflexões em autores como Lefebvre (2001); Santos (1996); Haesbaert (2004) e Rodrigues (2019), para analisar a falta de políticas públicas habitacionais e das condições socioambientais. Os resultados demonstraram além das carências concretas de infraestrutura, como água, energia elétrica, pavimentação e saneamento no local. A pesquisa ressalta a necessidade do reconhecimento oficial da ocupação pelo poder público, investimento em infraestrutura básica, controle social e qualidade de vida dos moradores.

Palavras-chave: Ocupação; déficit habitacional; Políticas públicas; Moradia.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma análise sobre a ocupação União dos Povos, no município de Barreirinha, onde muitas famílias oriundas da zona rural buscam conquistar uma fração de terra no espaço urbano. São famílias indígenas, quilombolas, ribeirinhas que diante da ausência de políticas públicas habitacionais, organizaram-se coletivamente para garantir o acesso à terra e à casa própria.

A escolha do tema se justifica por sua relevância para a realidade das famílias da ocupação, da qual muitas vêm do interior em busca de melhores condições de vida, necessidade hospitalar, por não terem um lugar para morar, vão em busca de terrenos e ocupam terras de terceiros para dar uma vida digna aos seus filhos, mostrando resistência e união das

¹ Acadêmica do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas – CESP/UEA. E-mail: Cristinnasouza013@gmail.com

² Professor MSc. em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas – CESP/UEA. E-mail: jbbrasil31@gmail.com.

famílias. O cenário de grande vulnerabilidade habitacional na área é resultado da demanda do crescimento populacional, da precariedade da infraestrutura, do aumento de famílias em busca de moradia fixa na área urbana.

Essa dinâmica evidencia não apenas o déficit habitacional preexistente, mas também as estratégias de resistência e autoconstrução desenvolvidas pelos moradores frente à negligência estatal, como relatou a senhora Maria Gracilene moradora da ocupação União dos Povos: “Aqui nós não temos facilidade para água, para energia, mas temos pelo menos o nosso terreno. Meu sonho é aprontar minha casa”.

As ocupações urbanas, portanto, não são apenas estratégias de sobrevivência, mas manifestações de resistência à exclusão territorial imposta pelo mercado imobiliário e pela ausência de políticas habitacionais. [...] Essa mobilização coletiva evidencia a capacidade de organização popular e a construção de redes de solidariedade diante da adversidade” (RODRIGUES, p. 44, 2019).

O presente estudo tem por objetivos conhecer o histórico e as políticas públicas destinadas a minimizar o déficit habitacional em Barreirinha, discutir a presença ou ausência do poder público municipal na organização e planejamento do espaço urbano e identificar os principais problemas enfrentados pelas famílias residentes na ocupação União dos Povos.

O artigo foi elaborado a partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada no estudo de caso, com aplicação de entrevistas, observação direta e registros fotográficos junto aos moradores, valorizando suas experiências e perspectivas sobre moradia, infraestrutura e pertencimento. A análise fundamenta-se nos teóricos de Lefebvre (2001); Santos (1996); Haesbaert (2004); e Rodrigues (2011) e (2019).

A estrutura do artigo está dividida em capítulos que abordam: discussão dos fundamentos teóricos sobre ocupações urbanas, do direito à moradia e dos impactos socioambientais da pesquisa; metodologia da pesquisa utilizada, com detalhamento dos procedimentos, e caracterização do local de pesquisa; experiência da pesquisa no campo; histórico da ocupação União dos Povos; reordenamento urbano.

Apresentação dos resultados e discursões; históricos das ocupações urbanas em Barreirinha como: o bairro, Monte da Oliveiras e bairro da União; e a realidade das famílias por trás dos dados de quem vive a realidade; propostas e melhorias para a ocupação e considerações finais, ressaltando a luta das famílias da ocupação União dos Povos, sustentada por relatos e práticas cotidianas, constitui não apenas uma resposta à exclusão histórica, ao registrar as

experiências dos moradores, busca-se valorizar suas vozes e inspirar caminhos para a inclusão social diante das desigualdades enfrentadas pelas famílias ali habitadas.

2. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: uma breve discussão.

O estudo das ocupações urbanas, do direito à moradia e dos impactos socioambientais requer uma base teórica sólida, capaz de interpretar as múltiplas dimensões da produção social do espaço. Nesse sentido, este trabalho fundamenta-se em autores clássicos e contemporâneos da Geografia e do urbanismo, cujas contribuições são essenciais para compreender a realidade vivida pelas famílias em situação de vulnerabilidade.

Para Lefebvre (2001), o direito à cidade transcende o mero acesso físico ao espaço urbano, constituindo-se como o direito de todos os habitantes de participarem ativamente da produção, apropriação e transformação do espaço urbano, garantindo condições dignas de vida, acesso a serviços essenciais, mobilidade, cultura, lazer e participação política.

Lefebvre (2001) critica a mercantilização da cidade e a lógica capitalista que transforma o espaço urbano em mercadoria, excluindo amplos setores da população do acesso aos benefícios da urbanização. Segundo o autor, existe um "fosso entre o direito formal e a realidade concreta", que seria uma grande distância entre o que está previsto na lei (o direito formal) e o que de fato acontece na prática na sociedade (a realidade concreta), evidenciado pela segregação socioespacial, pela precarização das condições de moradia nas periferias e pela ausência de políticas públicas efetivas que garantam o direito à habitação digna.

No Brasil, o direito à moradia foi incorporado ao texto constitucional pela Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000, que incluiu a moradia como direito social no artigo 6º da Constituição Federal. Além disso, o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) estabelece diretrizes para a política urbana, reconhecendo a função social da propriedade e o direito à cidade sustentável.

No entanto, como observa Maricato (2003), a legislação urbana brasileira frequentemente não é aplicada, especialmente nas áreas ocupadas pela população de baixa renda, configurando o que a autora denomina "cidade ilegal". Essa dualidade entre a cidade formal e a cidade informal

reflete as contradições do modelo de desenvolvimento urbano brasileiro, marcado pela exclusão territorial e pela segregação socioespacial.

A segregação socioespacial refere-se ao processo pelo qual diferentes grupos sociais são separados no espaço urbano, concentrando-se em áreas específicas segundo sua condição socioeconômica, étnico-racial ou cultural. Corrêa (1995), analisa esse fenômeno como resultado da lógica capitalista de produção do espaço, que promove a valorização diferenciada das áreas urbanas e concentra investimentos públicos e privados em regiões privilegiadas, relegando as populações de baixa renda às periferias desprovidas de infraestrutura.

Segundo Corrêa (1995), "a ocupação destes terrenos que dão ensejo à criação das favelas é uma forma de resistência à segregação social e a sobrevivência ante a absoluta falta de outros meios habitacionais.". As ocupações urbanas, portanto, não são apenas estratégias de sobrevivência, mas manifestações de resistência à exclusão territorial imposta pelo mercado imobiliário e pela ausência de políticas habitacionais.

Rodrigues (2019), complementa essa análise ao afirmar que "as ocupações ocorrem em bloco, ou seja, um certo número de famílias procura juntamente uma área para instalar-se". Essa mobilização coletiva evidencia a capacidade de organização popular e a construção de redes de solidariedade diante da adversidade. A autora também alerta que "quando novos terrenos entram no mercado, o preço da terra geralmente aumenta, e não diminui", o que dificulta ainda mais o acesso à moradia pelas populações de baixa renda.

Rodrigues (2011) e Souza (2020), destacam que os despejos forçados refletem conflitos sobre posse e uso da terra urbana, evidenciando a disputa entre a lógica do capital (que trata a terra como mercadoria) e a necessidade social de moradia. A autora também aponta que a regularização fundiária e a provisão de infraestrutura são fundamentais para garantir a permanência digna das famílias nas áreas ocupadas.

Santos (1996), um dos maiores geógrafos brasileiros, analisa o espaço como produto e produtor das relações sociais. Para Santos, o espaço urbano é marcado por múltiplas racionalidades em disputa: a racionalidade do capital, que busca a maximização do lucro; a racionalidade do Estado, que tenta regular e ordenar o território; e a racionalidade dos sujeitos sociais, que buscam garantir sua sobrevivência e qualidade de vida.

Essas racionalidades frequentemente entram em conflito, especialmente nas ocupações urbanas, onde a necessidade social de moradia confronta-se com a propriedade privada da terra e com as normas urbanísticas formais. Santos argumenta que é necessário compreender o espaço

não apenas como palco das relações sociais, mas como dimensão constitutiva da vida social, que influencia e é influenciado pelas práticas cotidianas dos sujeitos.

Haesbaert (2004), desenvolve o conceito de territorialidade, definindo-o como a relação simbólica, afetiva e material que grupos sociais estabelecem com o espaço. Para Haesbaert (2004), o território não é apenas um espaço físico delimitado, mas uma construção social que envolve relações de poder, pertencimento, identidade e significados culturais.

No contexto das ocupações urbanas, a territorialidade manifesta-se na forma como os moradores se apropriam do espaço, constroem suas casas, estabelecem redes de vizinhança, organizam-se politicamente e reivindicam reconhecimento do Estado. Para povos tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos), a territorialidade urbana implica manter vínculos com suas comunidades de origem, preservar práticas culturais e negociar sua inserção na cidade sem perder sua identidade.

A presença de povos tradicionais em contextos urbanos é um fenômeno crescente na Amazônia, resultante de processos migratórios motivados pela busca de acesso à educação, saúde, trabalho e melhores condições de vida. Porto Gonçalves (2006), argumenta que reconhecer a diversidade territorial é fundamental para a construção de uma sociedade plural e democrática, especialmente na Amazônia, onde coexistem múltiplas territorialidades (indígenas, quilombolas, ribeirinhas, camponesas).

Santos-Fonseca e Coelho-Ferreira (2024), Rodrigues et al. (2021) e Macêdo et al. (2020), destacam a importância de políticas públicas que reconheçam e respeitem a territorialidade de povos tradicionais no espaço urbano, garantindo não apenas moradia, mas também o direito à manutenção de suas práticas culturais, vínculos comunitários e modos de vida. A urbanização de povos tradicionais coloca desafios específicos para o planejamento urbano, pois exige a conciliação entre infraestrutura moderna, regularização fundiária e respeito às especificidades culturais dessas populações.

O discurso do secretário municipal de meio ambiente, senhor Gracénildo Cruz Baraúna, quanto à política habitacional, o secretário destacou as limitações geográficas de Barreirinha como obstáculo central:

"Barreirinha tem uma localização geográfica muito delicada, localizada em cima de uma tabatinga³, ela é uma área que é muito ruim de absorção das águas fluviais e mata cercada de margem, e não tem nem como expandir (...) Barreirinha hoje já tem 17 mil habitantes na sede do município, então a gente tem um problema de expansão urbana muito séria, por não ter terras para fazer essa expansão".

Do ponto de vista da gestão urbana, isso revela um cenário típico de municípios amazônicos ou ribeirinhos, onde a geografia impõe limites físicos à expansão e exige soluções criativas de planejamento, como a verticalização controlada, o adensamento planejado e o aproveitamento mais racional do solo urbano já consolidado. O crescimento populacional de aproximadamente 17 mil habitantes concentrados na sede e reforça a urgência de repensar políticas habitacionais e de infraestrutura urbana que respeitem as condições naturais locais sem gerar degradação ambiental.

Segundo a análise de Santos (1996), sobre as múltiplas racionalidades em disputa no espaço urbano, expressando contradições entre o uso social do espaço e as imposições do capital e do Estado. A ausência de alternativas habitacionais formais força as famílias a buscarem soluções autônomas por meio das ocupações.

A cidade está situada sobre terreno de tabatinga, solo argiloso com baixa capacidade de absorção de águas fluviais, o que dificulta o escoamento de água e aumenta os riscos de alagamentos durante o período de cheias dos rios. Além disso, o território municipal é cercado por áreas de várzea, que ficam inundadas sazonalmente, limitando a expansão urbana.

3. INSTRUMENTOS E MÉTODOS DE COLETA DE DADOS

O desenvolvimento da pesquisa possui caráter qualitativo e de caráter descritivo, uma vez que busca compreender os significados, percepções e experiências dos sujeitos envolvidos no processo de ocupação, sem a preocupação central com quantificações estatísticas. Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo a um espaço mais profundo das relações sociais.

³De acordo com Queiroz (2018), A palavra Tabatinga é de origem indígena, vindo do tupi, tendo seu significado designado como barro branco ou barro esbranquiçado.

Foram realizadas 16 entrevistas com as famílias das ocupações; dentre elas, uma com o representante do bairro Monte das Oliveiras, o senhor Laurindo Tavares, do qual relatou o histórico do bairro para enriquecer a pesquisa, 1 foi a representante senhora Elisangela do bairro da União que também relatou o histórico do bairro, 1 a representante da ocupação União dos povos a senhora Yuka Lima e, 13 famílias da ocupação União dos Povos.

Neste trabalho, o caso específico estudado é a ocupação União dos Povos, contextualizada no histórico mais amplo das ocupações urbanas em Barreirinha, incluindo o bairro Monte das Oliveiras (2013) e o bairro da União (2016).

3.1. Localização da área da pesquisa

A área específica de estudo compreende apenas a ocupação da ocupação União dos Povos (criada em 2023) como estudo de caso principal desta pesquisa que está situada na cidade de Barreirinha localizado no estado do Amazonas, na região do Baixo Amazonas, às margens do Paraná do Ramos que se estende por uma região de 5.751,765 km². Com população estimada de aproximadamente 35 mil habitantes (IBGE, 2020), dos quais cerca de 17 mil residem na área urbana.

Entretanto, o bairro Monte das Oliveiras (criado em 2013) e o bairro da União (criado em 2016) são utilizados como referências comparativas para enriquecer o histórico e possibilitar uma análise contextual entre os dois bairros. As ocupações localizam-se na zona de expansão urbana da cidade como mostra a (figura 1), concentram-se as famílias de origem indígena, quilombola e ribeirinha que migraram do interior em busca de melhores condições de vida, acesso à educação, trabalho e serviços de saúde.

Figura 1. Mapa da área selecionada para o desenvolvimento da pesquisa.



Fonte: Org. por Souza Cristina, 2025.

3.2. Realidades observadas: A experiência da pesquisa de campo

A busca pelas informações e dados em campo foi realizada entre os meses de junho e outubro de 2025. No desenvolvimento das entrevistas junto aos moradores, foram realizadas presencialmente na cidade de Barreirinha, onde buscamos os mesmos nos ambientes de moradia ou trabalho. Segundo Gil (2002) “a pesquisa apresenta maior flexibilidade [...] pode caracterizar-se como informal por ter como objetivo base, a coleta de dados”.

Esse tipo de pesquisa costuma ser usada quando o pesquisador ainda está conhecendo o tema ou quer entender melhor o contexto antes de definir métodos mais estruturados. É útil para levantar informações iniciais, abrir caminhos e ter uma visão geral do assunto estudado. É uma etapa mais aberta, exploratória, onde a prioridade é observar, ouvir e reunir materiais que ajudem a construir análises posteriores.

Todos os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa e concordaram em participar e contribuir com as entrevistas. Os nomes dos entrevistados foram utilizados com autorização prévia, respeitando os princípios éticos da pesquisa científica.

Os depoimentos dos entrevistados foram relacionados com os conceitos teóricos de direito à cidade (Lefebvre 2001), segregação socioespacial (Corrêa 1995, Rodrigues 2011, 2019), territorialidade (Haesbaert 2004) e produção do espaço urbano (Milton Santos 1996), permitindo uma interpretação crítica e fundamentada da realidade estudada.

3.3. União dos Povos: Um pouco da história.

O ano de 2023, marca as movimentações sociais lideradas pela senhora Yuka Vieira Lima, em busca de um lugar no espaço urbano de Barreirinha para a edificação de moradias as famílias indígenas, quilombolas e ribeirinhas. Pois, a carência e o déficit habitacional no município contribuem com o aumento das ocupações por famílias oriundas tanto da zona urbana como rural.

Destacamos que a maioria das famílias da ocupação são oriundas de comunidades rurais, como os quilombolas e os povos ribeirinhos que necessitaram migrar para a cidade em busca de trabalho e especialmente, educação para os filhos. A senhora Yuka Lima explicou: “Eu criei essa ocupação porque muitas famílias de povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos vinham para Barreirinha e não tinham onde morar. Eles não tinham família aqui, não tinham condições de pagar aluguel, ficavam na casa de conhecidos, passando dificuldades”.

Na maioria das vezes não possuem parentes na cidade e não possuem recursos financeiros para pagar uma estadia ou aluguel na cidade. Foi diante dessa realidade socioambiental e com o pensamento de conquista futura, que a senhora Yuka juntamente com grupo formado em sua maioria por mulheres apoiadoras, tiveram a iniciativa da criação de um novo bairro, uma área bem pequena, que ficaria atrás do bairro da União.

Conversando com os amigos ao seu redor, que a notícia se espalhou, e a população ocupou essas terras, foi loteada um pedaço de terra por família e casal composto de no mínimo 2, e quando todas as famílias já tinham pegado “seus” terrenos, as famílias se juntaram e foram falar com o prefeito da cidade, para ele ficar consciente sobre tal situação e pedir para que as terras fossem liberadas para ser a moradia das famílias indígenas, quilombolas e ribeirinhas e pedir ajuda para que a ocupação entrasse nos planos de abertura de rua.

No entanto, diferentemente das ocupações anteriores, a ocupação União dos Povos ainda não possui reconhecimento formal do poder público, configurando-se como ocupação irregular segundo a perspectiva municipal. Essa indefinição jurídica gera insegurança e dificulta o acesso a infraestrutura básica.

Esses processos confirmam a afirmação de Rodrigues (2019) de que "as ocupações ocorrem em bloco, ou seja, um certo número de famílias procura juntamente uma área para instalar-se". A mobilização prévia, a formação de associações e a construção coletiva (mutirões) são características recorrentes nas três ocupações estudadas, evidenciando a capacidade de organização popular diante da ausência de políticas habitacionais efetivas.

Um ano após a ocupação, as mudanças no espaço eram nítidas, muitas famílias já começavam a organizar a autoconstrução de suas moradias, moradias construídas pelos próprios moradores, geralmente sem assistência técnica e recursos limitados, muito comuns em áreas periféricas ou de crescimento urbano rápido e a conservação da limpeza de seus terrenos. Mas por ser uma área que ainda não era definitivamente reconhecida pela prefeitura, água, luz e abertura de rua ainda não haviam chegado ao local. Mas a população permanece no local, com força de que algum dia aquele local que era só uma área verde, vai se tornar um bairro dos moradores que habitam em áreas rurais de Barreirinha.

No ano de 2023 a associação de moradores da ocupação União dos povos, solicitou uma reunião com o secretário municipal da cultura, turismo e meio ambiente, onde foi apresentado requerimento de solicitação de ajuda para moradia própria, qualidade de vida, educação e saúde no mês de novembro de 2023. O êxodo dos membros da associação da ocupação união dos povos, nome esse que foi escolhido pelas próprias famílias da ocupação, para a área urbana, justifica-se pela busca de melhorias educacionais apresentadas pelas pessoas que estavam presentes na reunião.

A associação explica os argumentos pelos quais se busca a moradia na sede do município, a busca por melhoria e qualidade de vida. O secretário informa que o instituto e a organização da área, e a correta alocação dos moradores, mostrando a importância da correta urbanização. Os moradores fizeram seus cadastros, e estão buscando a melhor forma para solução das moradias no assentamento. Na reunião foi abordado que a associação junto com os moradores, não aceitariam que outras pessoas buscassem terrenos na ocupação para venderem depois, pois foi dado a elas de graça para pessoas que realmente necessitam. E em todo final de reunião os moradores assinam seus nomes abaixo como uma forma de que estavam presentes e realmente estão lutando pelos seus terrenos.

Antigamente aquela área era conhecida como área verde, e essas terras eram da própria Barreirinha, onde em pesquisa com uma das líderes da ocupação a senhora Aline Oliveira Barbosa, junto com o secretário de meio ambiente o senhor Gracênildo Cruz Baraúna, os mesmos informaram que aquelas terras não pertenciam a ninguém, além da própria cidade ser umas das poucas que é a dona das suas próprias terras.

Sendo assim, a luta por um novo bairro continua, a ocupação chamada, união dos povos, que fica aproximadamente próximo ao cemitério, do qual o mesmo fica no bairro da união, que está no planejamento da prefeitura e tem os planos para o bairro, como há muitas pessoas que vem

do interior em busca de melhores condições de vida, e não tem dinheiro para arcarem com alugueis ou até mesmo morar com parentes, e uma forma da cidade expandir e aumentar em termos populacionais, a prefeitura “deixou” o povo do interior e até mesmo aqueles que moram em casa de parentes e tem as suas famílias, para buscarem um terreno na ocupação.

Contudo, ainda não se foi feito um planejamento para o bairro e o mesmo não é reconhecido formalmente, pois aquela região iria servir para ser o lixão da cidade, mas como havia muitas famílias precárias em busca de moradia para melhores condições de vida, falta de estudos nos interiores, onde as famílias são obrigadas a sair do seu cantinho de conforto para dar melhores oportunidades de vida aos seus filhos.

Um dos achados mais significativos da pesquisa refere-se à postura ambígua do poder público municipal em relação às ocupações. Por um lado, a prefeitura reconhece a necessidade de moradia e, em alguns casos, negocia com os moradores, oferecendo infraestrutura básica. Por outro lado, mantém controle sobre o uso do solo e nega reconhecimento formal a ocupações como a União dos Povos.

O secretário de meio ambiente o senhor Gracenildo Cruz Baraúna foi categórico ao afirmar que a ocupação União dos Povos não possui legitimidade jurídica:

"Esse assentamento união dos povos não existe, é uma invasão, mas é uma invasão sem autorização do órgão público (...) a prefeitura não tem conhecimento disso formalmente, nós temos conhecimento informal (...) alguém tomou a iniciativa de ir lá e lotear por conta própria, e a prefeitura não autorizou".

Essa fala revela a tensão entre a demanda social por moradia e a rigidez jurídica do Estado. O poder público teme a "renúncia de receita" prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal, o que limita sua capacidade de ceder terras sem seguir critérios técnicos e sociais rigorosos.

No entanto, os relatos dos moradores contradizem essa narrativa oficial. Segundo as lideranças, houve reuniões formais com o secretário em novembro de 2023, onde foi apresentado requerimento de solicitação de ajuda para moradia, e as famílias realizaram cadastros e reuniões para tornar formal a liberação das terras para as famílias que mais necessitam.

Essas contradições evidenciam o que Lefebvre (2001) chama de "fosso entre o direito formal e a realidade concreta" no exercício do direito à cidade. Onde se tem uma distância entre o que está previsto na lei e a realidade das famílias ali habitadas.

3.4. A Luta Pelo Reordenamento urbano e o poder público

A expansão das cidades nem sempre ocorre de forma justa ou organizada. Em alguns casos, o crescimento urbano gera conflitos diretos com os moradores, como ocorre nas áreas onde novas ruas precisam ser abertas e acabam passando sobre terrenos particulares. Esse tipo de situação revela a necessidade urgente de um planejamento urbano mais participativo, que respeite o direito à moradia e evite prejuízos às famílias envolvidas

Outro problema identificado foi a falta de compromisso do poder público com o cronograma de fiscalização e planejamento. Moradores relataram que desde o início de 2025, o secretário prometeu vistorias para definir a localização das vias públicas, mas não cumpriu os prazos, gerando desordem e insegurança fundiária. Esse descaso obrigou as próprias famílias a medirem seus terrenos, sem orientação técnica, criando conflitos sobre a abertura de ruas.

O processo de regularização e organização territorial na ocupação em Barreirinha apresenta desafios significativos relacionados à ocupação desordenada e à falta de planejamento prévio por parte do poder público. Embora a administração municipal tenha realizado um levantamento das famílias contempladas para residir na ocupação, observa-se que diversas famílias já se encontravam instaladas no local anteriormente, possuindo moradias consolidadas.

Segundo o relato da moradora da ocupação União dos povos a senhora Odinei dos Santos Barbosa, o poder público realizou medições preliminares das áreas destinadas às vias públicas. Contudo, como já havia famílias estabelecidas há 1 ano, o traçado dessas vias exige a intervenção sobre terrenos ocupados, o que implica o deslocamento compulsório de algumas famílias. Em alguns casos, os moradores adquiriram recentemente os lotes de terceiros, fato que agrava a situação, pois essas áreas poderão ser cortadas pelas futuras vias, afetando diretamente as propriedades. A disputa em torno do traçado das ruas evidencia o caráter espontâneo da ocupação, uma vez que não havia definição prévia sobre a localização exata das vias de circulação, resultando em uma configuração espacial desorganizada e de difícil reorganização técnica.

O processo de demarcação das vias ocorre de forma inversa, iniciando-se pela região sul da cidade de Barreirinha. Nessa área, muitas propriedades serão atravessadas pelas novas vias, exigindo o deslocamento de famílias e gerando conflitos entre moradores. Observa-se ainda que alguns recém-chegados vêm realizando suas próprias medições, sem acompanhamento técnico da

Secretaria Municipal de Meio Ambiente ou da fiscalização responsável. Diante da incerteza sobre o que será mantido ou desapropriado, parte dos moradores tem optado por vender seus terrenos preventivamente, a fim de reduzir prejuízos futuros.

Um caso semelhante foi observado no bairro Monte das Oliveiras, onde famílias construíram moradias nas proximidades do aeroporto municipal. De acordo com decisão judicial, essas ocupações serão removidas, pois representam risco à segurança das operações aéreas. A juíza determinou a desocupação da área, enfatizando a necessidade de manter livre a faixa de segurança destinada às decolagens e pousos.

Além dessas situações, constatou-se uma falta de comprometimento institucional por parte da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e do poder público em geral. Apesar das promessas de realização de vistorias e ações de fiscalização desde o início de 2025, as intervenções efetivas não ocorreram, deixando a população sem orientações claras. Assim, as famílias recém-chegadas ocuparam terrenos de forma aleatória, intensificando o desordenamento espacial. As reivindicações comunitárias por acompanhamento técnico e regularização fundiária foram reiteradas, mas ainda não resultaram em ações concretas por parte das autoridades.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Uma visão geral da pesquisa

Esta seção apresenta os principais achados da pesquisa sobre o processo de ocupação urbana em Barreirinha-AM, organizando os resultados em categorias temáticas que dialogam diretamente com os objetivos propostos e com a fundamentação teórica do estudo. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas com lideranças comunitárias e representante do poder público, observação direta, permitindo uma compreensão aprofundada das dinâmicas sociais, territoriais e ambientais envolvidas nas ocupações.

Um desafio recorrente mencionado entre as limitações da pesquisa, destaca-se a dificuldade de acesso a documentos oficiais sobre o planejamento urbano do município e a ausência de dados estatísticos precisos sobre o número total de famílias e a infraestrutura disponível nas ocupações. Além disso, as constantes mudanças no cenário político-administrativo local e a falta de regularização fundiária definitiva das áreas estudadas impuseram desafios ao acompanhamento longitudinal do processo.

4.2 Histórico das ocupações urbanas em Barreirinha: resistência e organização popular

Os resultados revelam que o processo de ocupação urbana em Barreirinha segue um padrão característico das cidades amazônicas pequenas e médias, marcado pela migração campo-cidade motivada pela busca de acesso à educação, trabalho, saúde e melhores condições de vida. Dois momentos históricos foram identificados como marcos dessa dinâmica: a criação do bairro Monte das Oliveiras (2013), do bairro da União (2016) e da ocupação União dos Povos (2023).

4.2.1. Monte das Oliveiras (2013)

Segundo o depoimento de senhor Laurindo Pereira Tavares Filho, presidente da associação dos moradores do bairro da união, a ocupação foi organizada inicialmente por quatro pessoas que formaram uma associação para planejar a ocupação de uma área municipal. O objetivo era oferecer alternativa de moradia para famílias que vinham do interior e não tinham condições de pagar aluguel ou comprar terrenos.

Seu Laurindo relatou:

"Nós formamos uma associação em 2013, para criar o bairro Monte das Oliveiras. Nós éramos quatro pessoas, e pensamos em formar essa organização para ajudar as pessoas que vinham do interior e que não tinham onde morar. A gente procurou a prefeitura para organizar a área das terras e foram liberadas para a gente fazer a associação".

O processo foi marcado pela negociação com a prefeitura, que liberou as terras mediante a condição de que não fossem vendidas. A ocupação foi planejada por uma topógrafa que definiu o traçado das ruas e o tamanho dos lotes (10x25 metros), demonstrando preocupação com o ordenamento territorial desde o início.

Ao longo de 12 anos, o bairro recebeu melhorias como iluminação pública, abertura de ruas e instalação de lixeiras, mas ainda não possui asfalto. O senhor Laurindo destacou que a conquista da infraestrutura foi gradual e resultado de mobilização constante junto ao poder público.

4.2.2. Bairro da União (2016)

A liderança deste bairro, senhora Elisangela, relatou que foi uma das primeiras moradoras e desempenhou papel fundamental ao encorajar outras famílias a ocuparem a área:

"Quando eu cheguei aqui, não havia nada, era só mata. Eu vim porque não tinha condições de pagar aluguel. Fui uma das primeiras a chegar. No começo, muitas pessoas tinham medo de vir, porque não sabiam se a terra era mesmo nossa ou se seríamos despejados. Mas eu conversei com muitas famílias e fui trazendo as pessoas".

A população enfrentou incertezas sobre a segurança da posse da terra, mas a organização coletiva e o diálogo com o poder público resultaram no planejamento da área. A prefeitura instalou poço artesiano e sistema de iluminação, mas o asfalto ainda é uma demanda pendente após 10 anos. O planejamento municipal prevê a construção de ginásio, cemitério, praça e mini vila olímpica, obras que ainda não foram concretizadas.

4.3. A Integração Territorial entre dois bairros: Monte das Oliveiras e bairro da União

No ano de 2025, foi realizada uma reunião para definirem a mesclagem dos dois bairros, monte das oliveiras e o bairro da união, para ser apenas um só. E como o bairro da união por ser um território planejado e onde se tem mais recursos, e a população ser em grande escala, foi definido que o nome dessa reorganização urbana como, bairro da união. Pois o Poder Público já tem projetos e planos para a bairro, com a presença de um poço artesiano para a população.

Conversando com o senhor Laurindo, conhecido como Bolsonaro, presidente do bairro Monte das Oliveiras, o mesmo comentou que ele não estava presente nessa reunião e só foi informado a ele que o poder público tomou essa decisão e ele apenas disse que aceitou o caso, pois já tinham tomado essa decisão, por ser um bairro com poucos habitantes, com aproximadamente mais de 200 morando no bairro, o poder público, tomou essa decisão.

4.4. As famílias por de trás dos dados: entrevistas com quem vive a realidade

O município de Barreirinha, assim como outras cidades amazônicas de pequeno e médio porte, tem experimentado intenso fluxo migratório campo-cidade nas últimas décadas. Populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas que tradicionalmente viviam em comunidades rurais têm migrado para a área urbana motivadas por diferentes fatores: busca de acesso à educação (especialmente ensino médio e superior, inexistentes nas comunidades rurais), serviços de saúde mais especializados, oportunidades de trabalho assalariado e melhores condições de infraestrutura.

Segundo o relato do senhor Laurindo, um dos fundadores do bairro Monte das Oliveiras, "antigamente eu morava na comunidade, depois me mudei para cá por falta de oportunidade lá. Vim para cá para arrumar alguma coisa para fazer, para dar estudo para os filhos. Esse foi o motivo que me trouxe para cá, por conta dos meus filhos".

Essa fala evidencia que a migração não é motivada apenas por dificuldades econômicas, mas também pela aspiração de oferecer melhores perspectivas educacionais para as gerações futuras. A ausência de escolas de ensino médio e de centros de formação profissional nas comunidades rurais obriga muitas famílias a se deslocarem para a cidade.

A senhora Yuka Lima, liderança do assentamento União dos Povos, relatou que muitas famílias de povos tradicionais chegavam à cidade sem ter onde morar, não possuíam parentes na área urbana e não tinham recursos para pagar aluguel. Essa situação de vulnerabilidade social impulsionou a organização coletiva para ocupar terras e reivindicar moradia junto ao poder público.

4.5. Raízes e moradias: a vida cotidiana e os problemas na ocupação União dos Povos

O espaço, antes conhecido como "área verde", passou por uma rápida transformação: lotes foram distribuídos entre as famílias, que iniciaram a autoconstrução de suas casas, muitas vezes de maneira simples e sem assistência técnica. A paisagem urbana do local reflete esse processo de luta e resistência: ruas de terra ainda sem asfalto, ausência de infraestrutura completa (água, luz,

saneamento), mas marcada pela força comunitária e pelo sentimento de pertencimento dos moradores

As fotos do bairro ilustram não apenas as características físicas do ambiente, como a predominância de área aberta, vegetação baixa e moradias autoconstruídas, mas também simbolizam a esperança por melhores condições de vida e o direito à cidade. Os espaços coletivos, como o campo de futebol e pequenos pontos de encontro, são frutos do esforço dos próprios moradores.

Figura 2: Casa com autoconstrução



Fonte: Souza, Carla Cristina, 2025.

Figura 3: Características físicas do ambiente



Fonte: Souza, Carla Cristina, 2025.

Apesar dos desafios enfrentados pela falta de reconhecimento oficial e pela precariedade dos serviços públicos, a União dos Povos revela uma dinâmica de expansão urbana em Barreirinha, marcada pela organização comunitária e pela busca por justiça territorial.

A inclusão dessas imagens visa registrar visualmente o contexto da pesquisa de campo e valorizar a memória coletiva cuja narrativa se construiu a partir da ocupação e transformação dos espaços urbanos periféricos.

No bairro União dos Povos, a ausência de infraestrutura básica é uma das maiores dificuldades vividas pelos moradores. Até o momento, o fornecimento regular de água potável e energia elétrica ainda não chegou à localidade, o que obriga as famílias a adotarem soluções improvisadas para suprir suas necessidades diárias.

Para ter acesso à água, é comum que famílias se desloquem até bairros vizinhos, como União, para buscar água em baldes e galões, transportando o recurso para casa, muitas vezes enfrentando longas distâncias ou dificuldades de locomoção. Esse deslocamento constante

representa não apenas um impacto no cotidiano, mas também um risco à saúde, principalmente em períodos de estiagem ou chuva intensa.

O acesso à energia elétrica também é marcado pela precariedade. Diversas famílias fazem 'gambiarras', estendendo fios de luz de casas de parentes ou vizinhos em outros bairros para conseguir alimentos e utensílios básicos. Essa prática, além de perigo, sinaliza o abandono do poder público e a falta de reconhecimento oficial da ocupação, dificultando a melhoria da qualidade de vida e o acesso a direitos essenciais.

Figura 4: Precariedade da iluminação pública



Fonte: Souza, Carla Cristina, 2025.

A deficiência desses serviços elementares revela a invisibilidade do bairro União dos Povos frente ao planejamento urbano municipal e reforça a necessidade de políticas públicas voltadas para a expansão da infraestrutura. As imagens registradas no local, mostrando mangueiras, galões e fios improvisados, ilustram as estratégias criativas – porém precárias – que os moradores adotam para garantir o mínimo de dignidade no cotidiano.

O bairro representa um símbolo de resistência, luta coletiva e esperança. A mobilização dos seus habitantes para garantir o direito à moradia digna, à identidade e à participação nas decisões da cidade reforça o sentimento de pertencimento, fortalecendo os laços comunitários. As ações comunitárias como mutirões, organização de associações e realização de reuniões com o poder público, revelam o protagonismo dos moradores na construção de um novo espaço urbano, mesmo diante da ausência inicial de infraestrutura e do reconhecimento formal do poder público.

A valorização da União dos Povos também aparece no cotidiano: o cuidado com a limpeza dos terrenos, a autoconstrução das casas e a defesa do direito à terra demonstram o orgulho e o

compromisso de quem ali vive. Mais do que um lugar para morar, o bairro tornou-se um espaço de memória, resistência e afirmação das identidades culturais de seus habitantes.

Registrar e dar visibilidade à história da União dos Povos é fundamental para romper com a invisibilidade social, contribuindo para fortalecer a luta pelo direito à cidade e para inspirar outras iniciativas de organização popular.

CONSIDERAÇÕES e PROPOSIÇÕES.

Com base na análise dos dados e discussão dos resultados, é possível afirmar que os objetivos estabelecidos neste trabalho foram alcançados e possibilitaram reflexões sobre o processo de ocupação no bairro união dos povos.

Portanto, a análise sobre a ocupação União dos Povos evidencia a realidade complexa enfrentada por famílias que, diante da ausência do poder público, recorrem à autoconstrução, à solidariedade comunitária e à luta cotidiana pelo direito à moradia. Os dados coletados confirmam que as ocupações urbanas não são apenas estratégias emergenciais de sobrevivência, mas verdadeiras formas de resistência à exclusão territorial, como apontam autores como Lefebvre, Haesbaert e Rodrigues.

A pesquisa demonstrou que a vida nas áreas de ocupação em Barreirinha é marcada por desafios, especialmente a carência de infraestrutura básica (água, saneamento, energia). Apesar disso, as narrativas dos moradores revelam iniciativas de organização popular, criação de laços de pertencimento e a busca constante por reconhecimento institucional.

As proposições para minimizar déficit habitacional em Barreirinha são: melhorar infraestrutura e serviços nas comunidades rurais (estradas, saúde, educação, internet) diminuir a pressão por moradia na sede municipal, pois garante acesso a direitos sem sair do território de origem. Qualificar e fixar a juventude envolve ampliar escolas do campo, cursos técnicos e oportunidades de trabalho local, evitando que jovens precisem ir para Barreirinha apenas para estudar ou trabalhar. Garantir acesso à terra e direitos, com regularização fundiária e proteção de territórios tradicionais, impede expulsões que hoje empurram famílias para ocupações urbanas precárias.

Por fim, criação de políticas que valorizem a qualidade de vida e a identidade rural – cultura, festas, modos de viver – reforçam o pertencimento ao campo e contribuem para um desenvolvimento territorial mais equilibrado entre campo e cidade.

Nesse contexto, reconhecemos a importância das políticas públicas integradas, voltadas à regularização fundiária, à ampliação dos serviços urbanos e à valorização das demandas das famílias de baixa renda.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade**. Brasília: Presidência da República, 2001.
- BROWDER, John O.; GODFREY, Brian J. **Rainforest cities: urbanization, development, and globalization of the Brazilian Amazon**. New York: Columbia University Press, 1997.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- MACÊDO, Josimar et al. **Povos e comunidades tradicionais na Amazônia brasileira: desafios e perspectivas**. Revista Brasileira de Geografia, v. 15, n. 2, p. 45-62, 2020.
- MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Estudos Avançados, v. 17, n. 48, p. 151-166, 2003.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- QUEIROZ, Sônia. **Pé preto no barro branco: A língua dos negros da tabatinga**. 2 nd Ed. rev. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. **Desigualdades socioespaciais: a luta pelo direito à cidade**. Cidades, v. 6, n. 10, p. 73-88, 2011.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. **Na procura do lugar, o encontro da identidade: um estudo de lutas sociais urbanas**. São Paulo: Contexto, 2019.
- RODRIGUES, João Carlos et al. **Territorialidades indígenas em contextos urbanos na Amazônia**. Novos Cadernos NAEA, v. 24, n. 1, p. 123-145, 2021.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS-FONSECA, Maria; COELHO-FERREIRA, Ana Paula. **Povos tradicionais e urbanização na Amazônia**: desafios contemporâneos. Revista de Geografia da UFC, v. 13, n. 2, p. 89-107, 2024.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. **Cidades na floresta**: os "grandes objetos" como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. Revista IEB, n. 50, p. 13-38, 2011.